

Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

O parlamentarismo tem mais méritos

CARLOS CHIARELLI

Não creio que seja o índice de riscos a razão para que se opte por sistema de governo. Nesse caso, não se estaria escolhendo o melhor. Apenas haveria preferência pelo menos perigoso. Não se tomará vitamina para ser mais e mais forte.



Existiria o intuito de permanentemente, quase como dependente da droga, medicar-se para evitar a doença que, vamos e venhamos, não chega a ser um objetivo feliz para a vida. Vive-se, não para evitar a morte, e sim para viver, tão plenamente quanto possível.

Aplica-se, a meu juízo, o mesmo raciocínio e idêntico propósito à sociedade política. Não sou parlamentarista porque vejo nele a fórmula de minimizar contratempos. Sou, porque creio que, com ele, construiremos tempos melhores.

O sistema parlamentarista, no entanto, não deve (e a Constituinte não cometerá tal tolice) ser adotado apenas para viabilizar alguém no acesso ao poder, ou inviabilizar alguém de nele permanecer ou a ele chegar. O parlamentarismo não pode ter a cara de beneficiários, nem o corpo de prejudicados. A sua fisionomia deve ser a da sociedade como um todo.

Também não quero vê-lo como solução safrista. Feita para atenuar momentâneos impasses, ou até mesmo para resolvê-los sazonalmente. Não. Não é anestésico para passar a dor momentânea. É fortificante, vitamina pura para manter a saúde permanente da estrutura política e do sistema de poder da sociedade organizada e democrática.

Ele não vem para dessensibilizar e, logo, ser afastado, como, criminosamente, foi feito em 1961, exemplo indevidamente evocado tantas vezes na tentativa de comprometer o legítimo sistema, com mera contrafação, por isso mesmo deformada e deformadora, empregada para encontrar resposta transitória e sofrível ante conflito iminente.

Foi logo sabotado por quase todos. Destruído por maciça e onerosa campanha publicitária oficial. Torpedeado por presidencialistas de todos os matizes, de governo e oposição. Atacado pelo presidente da República e, ferido e atraído, entregue ao povo, numa imagem distorcida, para que fosse — uma vez acusado injustamente em coro como o responsável pelos males que nasceram antes dele (um pouco a fábula do lobo e do cordeiro) — condenado ao sabor de paixões, manipuladas por interesses interesseiros.

Isso não vai acontecer de novo. O país pagaria preço muito caro pela repetição de tal insensatez, que peca por aética e se inviabiliza por perigosa. Já vimos o filme e não gostamos. Basta de usar o permanente como se transitório fosse, e vice-versa.

Parlamentarismo, que defendo como forma progressiva de aperfeiçoamento das instituições democráticas; como proposta real de aumento

da participação da sociedade no seu direito de compartilhar das decisões; como mecânica de equilíbrio real entre os três poderes, hoje tão descompensados na imagem de superpoder — mesmo discreta e voluntariamente minimizado nos últimos dois anos — que é o Executivo e dos subpoderes, que são o Legislativo e o Judiciário; como dique à continuidade da liturgia dos mandatos a prazo determinado do presidencialismo; pela qual mesmo sem respaldo da opinião pública, mesmo com o rechaço majoritário do Parlamento, presidentes continuam governando, plenos de poderes e vontades etc. etc.

Eu sei que o parlamentarismo, para chegar ao seu momento mais expressivo, requer partidos políticos fortes e representativos e burocracia prestigiada, estável e competente, a fim de que eventuais substituições de Ministério não interrompam a rotina normal e produtiva da administração. Mas eu também sei que não podemos ficar nesse dilema barroco da cronologia do "ovo e da galinha". Se ficarmos no aguardo de partidos e burocracias fortes para implantar o

parlamentarismo, nunca os teremos, posto que o presidencialismo vigente jamais os fortalecerá, ou o fará muito lenta e precariamente. Precisamos é tomar a decisão de mudança, e levá-la a sério, porque será caminho aberto a vivilizar consequências — que poderiam ser pré-requisitos —, mas deverão ser feitos imediatos nas áreas partidária e funcional.

Uma palavra final, porém. Quando falo em parlamentarismo que, volto a dizer, prefiro, não porque seja vacina mais eficaz contra crises, mas pelos seus méritos próprios de nos estimular à permanente e saudável higidez democrática, algo precisa ficar muito explícito. Não concordo com "parlamentarismo meia sola". Na base do remendo e do casuismo.

Não é hora de modelos tipo "misto-que", meio parlamentarismo, meio presidencialismo, que, no fim, não quer dizer nem uma coisa nem outra. Quem fica entre "San Juan y Mendoza", na verdade não chegou ao destino e não está mais na origem.

Essa história de poderes repartidos irmã e inimigamente entre presiden-

te da República, primeiro-ministro, Conselho de Estado e Parlamento vai implicar no condomínio da indecisão, e no loteamento inaceitável do poder. Nada de área gris. Nada de zonas cinzentas, em que vários mandam e ninguém decide.

Para esse formulismo não darei respaldo, porque traz consigo o germe da própria destruição. Não quero parlamentarismo de fachada. Quero na sua efetiva implementação. Não o quero para curta temporada. Desejo tê-lo como forma progressiva e permanente de aperfeiçoamento. Não o quero para, nem contra algumas pessoas. Vejo-o como instrumento de participação muito maior da sociedade como um todo ao processo político, e como meio de aproximação da comunidade do centro real do poder.

Por isso, defendo o parlamentarismo. Por seus méritos e não para evitar os defeitos dos outros. Porque será melhor para construir tempos de paz, e não apenas para evitar a guerra. Mas, para cumprir tais tarefas, precisamos dele na plenitude, e não submetidos a plásticas prévias que o deformam, ou a lavagens cerebrais que o desmemoriam. Não venham, sob o nome de criativas inovações tupiniquins, querer nos vender gato por lebre. Nada de travestis no sistema de governo.

CARLOS ALBERTO GOMES CHIARELLI, 46, é senador da República (PFL-RS) e líder do seu partido no Senado Federal; foi deputado federal.

A pergunta da Folha

Você acha que o regime parlamentarista oferece menos riscos para a estabilidade institucional que o presidencialista?

Escolha de regime não deve ser casuística

LYSÂNEAS MACIEL

A fim de nos libertar deste vício antigo dos legisladores brasileiros de "importar miçangas" é bom que se observe que o parlamentarismo, em sua forma mais pura, nunca foi realmente bem executado, a não ser na Inglaterra.



Os Estados Unidos, nação oriunda da tradição, dos costumes e até do sangue dos ingleses, não conseguiram reproduzir ou copiar o regime parlamentarista, que agora queremos implantar em nosso país.

Na Inglaterra destinava-se a contrapor ao autoritarismo da monarquia e a proteger o cidadão.

E no Brasil?

1. Aqui houve duas experiências parlamentaristas. Uma no Segundo Reinado e a outra relativa aos 495 dias entre 02/09/61 e 23/01/63.

E já que se fala em estabilidade do regime, cumpre dizer que durante os 42 anos de parlamentarismo no Império, caíram, em razão do voto de censura da Câmara ou recusa de moção de confiança, 35 ministérios; cinco renunciaram e o imperador dissolveu a Câmara por onze vezes. Na República, no curto período em que durou a experiência parlamentarista, tivemos três gabinetes.

2. Não é verdade, portanto, que se trata de uma inovação "milagreira", que não tenha sido testada no país. Também não é verdade que o sistema presidencialista, hipertrófico, fundado na argumentação falaciosa, segundo a qual só um Executivo forte pode conduzir o processo de desenvolvimento social e econômico.

Este tipo de argumentação, a propósito de experiências negativas deste ou daquele sistema, pode obscurecer nosso raciocínio. A rigor

temos quase períodos iguais de parlamentarismo (setenta anos) ou de presidencialismo, se deduzirmos os períodos ditatoriais.

3. Quando se trata de países em que há apenas dois partidos, não importa o sistema. Ele pode prosperar tanto no parlamentarismo inglês, que agora queremos imitar, ou no presidencialismo americano, que imitamos. Nosso sistema adota um pluripartidarismo, embora artificial. Este multipartidarismo subsiste na atração absorvente do poder; e em nenhum regime o poder é tão forte quanto no presidencialismo adotado entre nós.

4. Adotar o parlamentarismo neste momento implicará ainda em um casuismo às escancaras.

Na verdade pretende-se estender o governo Sarney. Será um parlamentarismo com Sarney que, sendo o último biônico, precisa se consolidar na Presidência. Como está complica-

do obter esta prorrogação através de pronunciamentos militares (como o ministro do Exército, reiteradamente tem feito), quer fazê-lo através do parlamentarismo.

O que significa em última análise uma tentativa meio cínica de utilizar um mecanismo democrático — o parlamentarismo — para legitimar um político menor que ocupa a Presidência da República, e Ulysses Guimarães para primeiro-ministro.

A adoção de tal medida concretizaria uma vez mais o afastamento do povo do processo. Brasileiros de 45 anos nunca votaram em um presidente da República; a prevalecer este "parlamentarismo encomendado", brasileiros de 50 anos jamais terão oportunidade de exercer este ato elementar da democracia.

LYSÂNEAS MACIEL, 59, advogada, é deputada federal (PDT-RJ).

O presente e o futuro

GUILHERME AFIF DOMINGOS

Considero o parlamentarismo agora seria uma forma de acomodar os diversos interesses em jogo, mantendo intacta a atual estrutura do poder.



Acredito no parlamentarismo como uma evolução, um aprimoramento da democracia no país, e não como um expediente de ocasião. Por isso defendo a eleição direta do próximo presidente da República, para que ele, respaldado pelo voto popular, possa preparar o país para a implantação do sistema parlamentar de governo.

Essa preparação passa por um processo de reordenamento do setor público como um todo, visando torná-lo mais moderno e eficiente. Uma reforma administrativa baseada no concurso público e na promoção por mérito, que propicie em máquina burocrática estável e imune às pressões e manipulações do poder político.

O encolhimento do Estado, na sua condição de empresário, também é condição necessária, aliada a um sistema que assegure às empresas estatais que se mantiverem como tal flexibilidade operacional concomitantemente a um rigoroso controle quanto a objetivos e desempenho.

A preparação da máquina burocrá-

tica para assegurar estabilidade e continuidade à administração pública nos casos de queda de gabinete, comuns ao regime parlamentarista, é condição necessária, embora não suficiente.

A atual prática de substituição em larga escala, sempre que mudam alguns ministros, não pode prevalecer em um sistema parlamentarista de governo. Basta observar os efeitos negativos das frequentes mudanças do presidente de Banco Central que assistimos na Nova República.

Parlamentarismo exige também partidos fortes, assentados em bases programáticas e não em torno de interesses. Essa exigência nos obriga a uma reformulação do processo eleitoral. A implantação do voto distrital misto, permitindo vincular diretamente o congressista às suas bases eleitorais, é uma das vias para se chegar a partidos políticos autênticos e fortes.

Acredito, no entanto, que a estabilidade das instituições não depende do sistema de governo adotado pelo país, mas essencialmente do grau de conscientização política de seu povo e, por que não dizer, também e principalmente de suas elites dirigentes.

Por tudo isso, acho que a melhor forma para se assegurar a estabele-

dade política no Brasil é investir mais na educação de seu povo, complementando com saúde e saneamento básico. Como esses investimentos são pouco rentáveis eleitoralmente, normalmente são negligenciados em favor de obras faraônicas ou de programas paternalistas que podem ser manipulados como instrumento político.

Se não partirmos, ainda neste governo, e também no próximo para preparar especialmente os jovens para exercerem sua cidadania política, lutando por seus direitos e cumprindo suas obrigações, continuaremos a viver crises políticas e institucionais qualquer que seja a forma de governo vigente.

Defendo o regime parlamentarista com um objetivo futuro para o país, consolidando um processo de evolução política e como uma conquista da sociedade. Como "remendo", ou resultado de "conchavos" para acomodar situações conflitantes sou contra.

O parlamentarismo é o telhado de um sistema efetivamente democrático e nós estamos apenas no alicerce da construção da democracia brasileira.

GUILHERME AFIF DOMINGOS, 43, é deputado federal (PL-SP) e foi presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo.